

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

142 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 07 a 11/11/2022

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PE	1
Avaliação das decisões do Conselho Europeu	1
Medidas energéticas nos planos nacionais de recuperação	1
Adesão da Croácia ao espaço Schengen	1
2. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE	2
AGRI	2
ENVI	2
3. PREVISÕES ECONÓMICAS OUTONO	2
4. REVISÃO GOVERNAÇÃO ECONÓMICA	3
5. DIÁLOGO MACROECONÓMICO - ENERGIA	4
6. COP 27	4
7. COMISSÃO EUROPEIA ENERGIA	5
8. COMISSÃO EUROPEIA MOBILIDADE MILITAR E CIBERDEFESA	6
9. COMISSÃO EUROPEIA SEGURANÇA ALIMENTAR	6
10. COMISSÃO EUROPEIA NOVO PACOTE APOIO UCRÂNIA	7
11. PROGRAMA DE TRABALHO DO TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU	7
12. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Eurogrupo	7
Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)	8
Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros) sobre Orçamento	8
13. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8
Cooperação interparlamentar	9

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PE

Avaliação das decisões do Conselho Europeu

Os [deputados do PE debateram com a Presidente da Comissão Europeia e com o Presidente do Conselho Europeu a última reunião desta instituição, que se focou nos preços da energia](#). O Presidente do Conselho (discurso disponível [aqui](#)) referiu que a reunião, aguardada pelos cidadãos, empresas e governos, permitiu ultrapassar as diferenças na matéria e chegar a um acordo. A Presidente da Comissão recordou a necessidade de ações urgentes e provisões estratégicas, mantendo-se o armazenamento do gás um tópico de grande importância, assim como a transição rápida para energias renováveis. Os deputados exigiram que os trabalhos de reforma do mercado de eletricidade fossem acelerados para dissociar os preços da eletricidade dos preços do gás, que os empréstimos não utilizados do Fundo de Recuperação e Resiliência fossem utilizados para melhorar as infra-estruturas energéticas e as energias renováveis fossem utilizadas mais rapidamente. Apelaram ainda a mais medidas para proteger os cidadãos e empresas, assim como medidas para assegurar que as indústrias da UE se mantêm competitivas. O vídeo do debate encontra-se disponível [aqui](#).

Medidas energéticas nos planos nacionais de recuperação

O [PE aprovou \(471 votos a favor, 90 contra e 53 abstenções\) a inclusão de medidas do REPowerEU nos planos nacionais de recuperação](#), para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar com a transição ecológica. Os deputados haviam alterado a proposta original da Comissão Europeia para melhor orientar as medidas definidas no REPowerEU de modo a reduzir as vulnerabilidades energéticas na UE e requereram que um montante adicional de 20 mil milhões de euros em subvenções, proposto pela Comissão, provenha de um leilão prévio de licenças de emissão nacionais ao abrigo do [Sistema de Comércio de Licenças de Emissão](#) da UE, em vez de utilizar licenças da [Reserva de Estabilidade de Mercado](#). Apelaram ainda aos países da UE que garantam que pelo menos 35% das suas despesas ao abrigo do plano REPowerEU sejam atribuídas a medidas que tenham uma dimensão ou efeito transfronteiriço, mesmo que levadas a cabo por um país da UE, e a menos que a Comissão conceda uma derrogação em circunstâncias específicas.

Adesão da Croácia ao espaço Schengen

Os deputados aprovaram um relatório (com 534 votos a favor, 53 contra e 25 abstenções) no qual se reflete o [apoio do Parlamento Europeu à plena adesão da Croácia ao espaço Schengen](#). Por forma a assegurar o respeito pelos direitos fundamentais nas fronteiras externas da UE, os deputados instaram a Croácia a informar o Parlamento e o Conselho sobre a implementação do seu plano de ação para a gestão das fronteiras externas da UE e, em particular, sobre o mecanismo independente de controlo das ações dos agentes policiais.

Destaca-se a intervenção do relator, o deputado Paulo Rangel (PPE, PT): *No processo de adesão a Schengen, nenhum outro Estado da UE foi submetido a uma avaliação tão completa e exigente. A Croácia teve de executar 281 recomendações em 8 áreas das regras de Schengen. A Comissão e o Conselho confirmaram que a Croácia reúne todas as condições para fazer parte do espaço Schengen. O Parlamento Europeu concorda em absoluto: o levantamento dos controlos nas fronteiras internas deve ocorrer até ao final deste ano.*

Uma breve referência a outros tópicos debatidos durante a sessão plenária pode ser encontrada [aqui](#).

2. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE

AGRI

A Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural organizou esta semana uma audição sobre os *60 anos da Política Agrícola Comum (PAC)*, assinalando o seu 60.º aniversário com uma discussão na qual participaram atuais e antigos relatores e comissários. Participou nesta reunião enquanto orador o Deputado Luís Capoulas Santos, na qualidade de antigo relator da reforma da PAC 2014-2020.

O [programa](#) da audição encontra-se disponível, assim como o [vídeo](#) do evento.

ENVI

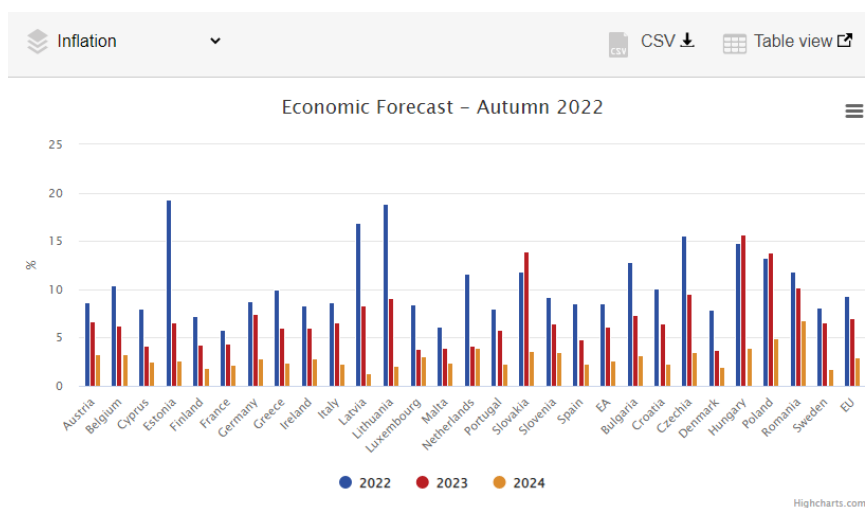
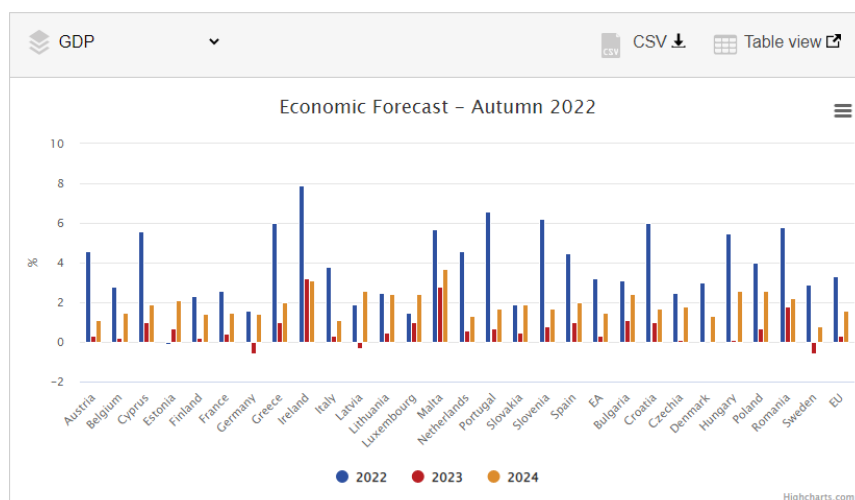
O Parlamento Europeu e o Conselho chegaram a um [acordo provisório](#) sobre o terceiro dossiê do pacote Objetivo 55, concordando em aumentar a meta da UE de sumidouros de carbono para o setor do uso do solo, alteração do uso do solo e silvicultura, o que aumenta a meta da UE de redução dos gases com efeito de estufa em 2030 para 57%.

3. PREVISÕES ECONÓMICAS OUTONO

Foram lançadas esta semana as [previsões económicas do outono](#) por parte da Comissão Europeia, que dão nota que, após um primeiro semestre forte, a economia da UE entrou agora numa fase muito mais difícil, pelos choques desencadeados pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia que estão a afetar a procura global e a reforçar as pressões inflacionistas globais. Assim, embora se preveja que o crescimento em 2022 seja melhor do que anteriormente avançado, as perspectivas para 2023 são significativamente mais fracas para o crescimento e mais elevadas para a inflação, em comparação com a previsão intercalar de verão.

Prevê-se assim que o crescimento se contraia significativamente no início do próximo ano e que a **inflação atinja os seus valores máximos** antes de se verificar uma descida gradual (as projeções para a inflação foram elevadas para 9,3% na UE e 8,5% na zona euro, esperando-se que em 2023 permaneça em 7,0% na UE e 6.1% na zona euro, antes de moderar em 2024 entre 3,0% e 2,6%). Por outro lado, o mercado de trabalho continuou a ter um forte desempenho, com o emprego no seu ponto mais alto e o desemprego no seu ponto mais baixo em décadas. Espera-se que os **mercados de trabalho reajam à desaceleração da atividade económica com algum atraso**, mas que se mantenham resilientes. Por fim, prevê-se que o crescimento baixo, a inflação elevada e medidas de apoio à energia pesem nos défices, destacando-se que as perspectivas económicas permanecem envolvidas num grau excecional de incerteza, à medida que a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia continua e o potencial para novas perturbações económicas se mantém.

Os quadros abaixo ilustram as previsões relativas ao crescimento do PIB e à inflação:



4. REVISÃO GOVERNAÇÃO ECONÓMICA

A Comissão Europeia apresentou esta semana a muito aguardada [comunicação sobre a reforma do quadro de governação económica da UE](#), que visa reforçar a sustentabilidade da dívida e o crescimento sustentável e inclusivo.

Estas orientações pretendem assegurar um quadro mais simples, mais transparente e mais eficaz, com uma maior apropriação nacional e uma melhor execução, permitindo simultaneamente a realização de reformas e de investimentos e reduzindo os elevados rácios da dívida pública de forma realista, gradual e sustentada. Em concreto, a Comissão propõe a transição para um modelo baseado em **planos orçamentais e estruturais nacionais a médio prazo**, que integrariam objetivos orçamentais, de reforma e de investimento, incluindo os destinados a corrigir os desequilíbrios macroeconómicos. Tal daria aos Estados-Membros maior margem de manobra para definir a sua própria trajetória de ajustamento orçamental, reforçando, assim, a apropriação nacional das suas trajetórias orçamentais.

Visa-se, assim, um quadro de supervisão da UE transparente e baseado nos riscos, que preveja uma diferenciação entre os vários países em função dos desafios que cada um enfrenta em matéria de dívida pública.

Para este efeito, seria criado um **indicador operacional único** – a despesa primária líquida, ou seja, as despesas que estão sob o controlo de um governo – que serviria de base para definir a trajetória de

ajustamento orçamental e levar a cabo o controlo orçamental anual, simplificando assim significativamente o quadro. Este modelo funcionaria da seguinte forma:

- a Comissão apresentaria uma trajetória de ajustamento orçamental de referência para quatro anos, com base na sua metodologia de análise da sustentabilidade da dívida;
- os Estados-Membros apresentariam então planos que definem a sua trajetória orçamental a médio prazo, bem como os seus compromissos prioritários em matéria de reformas e de investimento público. Os Estados-Membros poderiam propor um período de ajustamento mais longo, prolongando a trajetória de ajustamento orçamental por um período máximo de três anos, se essa trajetória se apoiasse num conjunto de compromissos em matéria de reformas e de investimento que favorecem a sustentabilidade da dívida e respondessem às prioridades e metas comuns da UE;
- numa terceira fase, a Comissão avaliaria os planos, dando uma avaliação positiva se a dívida fosse colocada numa trajetória descendente ou permanecesse em níveis prudentes e se o défice orçamental se mantivesse, de forma credível, abaixo do valor de referência de 3% do PIB a médio prazo. O Conselho aprovaria os planos na sequência de uma avaliação positiva da parte da Comissão;
- Por último, a Comissão asseguraria um acompanhamento contínuo da execução dos planos. Os Estados-Membros apresentariam relatórios anuais sobre os progressos realizados na execução dos planos, a fim de facilitar um acompanhamento eficaz e garantir a transparência.

No que diz respeito aos próximos passos, existe a ambição de que - no atual contexto - os Estados-Membros e a Comissão deveriam chegar a um consenso sobre a reforma do quadro de governação económica antes dos procedimentos orçamentais dos Estados-Membros para 2024.

A Comissão irá ponderar a apresentação de propostas legislativas com base nesta comunicação e fornecerá novamente orientações relativas à política orçamental para o próximo período, no primeiro trimestre de 2023. Estas orientações facilitarão a coordenação das políticas orçamentais, bem como a elaboração dos programas de estabilidade e de convergência dos Estados-Membros para 2024 e para os anos seguintes.

Para mais informações, está disponível a secção de [perguntas e respostas](#), bem como o texto da [Comunicação sobre as orientações para a reforma do quadro de governação económica da UE](#).

5. DIÁLOGO MACROECONÓMICO - ENERGIA

À margem do Conselho ECOFIN (Cfr. ponto 12), teve lugar uma reunião do [diálogo macroeconómico com os parceiros sociais centrada nos preços da energia](#). A Presidência do Conselho, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia reuniram assim com os parceiros sociais para debater os desenvolvimentos recentes da situação económica, assim como a crise energética e o seu impacto na economia da UE.

As declarações dos vários participantes sobre o tema encontram-se disponíveis [aqui](#).

6. COP 27

No início desta semana, os dirigentes mundiais reuniram-se em Sharm-El-Sheikh, no Egito, para a [Cimeira sobre a execução da ação climática, que deu início à 27.ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas \(COP27\)](#), tendo a UE sido representada pelo presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

O Presidente do Conselho Europeu referiu nesta ocasião a urgência de ação imediata em resposta às alterações climáticas, reconhecendo que a guerra da Rússia contra a Ucrânia tornou esta situação mais complexa, mas reforçando que a UE continua fortemente empenhada em atingir a neutralidade climática, apesar dos desafios decorrentes da crise energética, agravados pelo uso do aprovisionamento energético como arma por parte da Rússia. Destacou ainda que a ação climática da UE acarreta três obrigações: *para com os países em desenvolvimento, para com a próxima geração e para com os nossos cidadãos*. O discurso encontra-se disponível [aqui](#).

A Presidente da Comissão Europeia iniciou o discurso dizendo que *o clima está a mudar mais rapidamente do que a nossa capacidade de adaptação. Por isso, o mundo tem de produzir melhor e mais rapidamente. (...) não vamos tomar a estrada para o inferno; vamos antes ganhar um bilhete limpo para o céu. Essa é a nossa responsabilidade*. O discurso encontra-se também disponível [aqui](#).

Nesta primeira parte do segmento de alto nível, na qual estiveram também presentes os chefes de Estado e de Governo, destaca-se o [discurso](#) do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres. A ordem de intervenções e alguns dos [discursos proferidos](#) encontram-se também disponíveis.

A COP27 decorrerá até ao próximo dia 18 de novembro, encontrando-se a segunda parte do segmento de alto nível agendada para os dias 15 e 16 de novembro.

7. COMISSÃO EUROPEIA | ENERGIA

A Comissão Europeia propôs um [novo regulamento temporário de emergência](#) para acelerar a implementação de fontes de energia renováveis, acelerar o [REPowerEU](#), que faz parte do plano da UE para acabar com a dependência dos combustíveis fósseis russos. Esta proposta visa complementar as medidas de emergência anteriores, a fim de fazer face à situação excecional nos mercados da energia e acelerar a transição para as energias limpas. Será aplicável durante um ano, incluindo o tempo necessário para a adoção e transposição da Diretiva Energias Renováveis, atualmente em debate.

A [proposta](#) foca-se em tecnologias e tipos de projetos específicos que têm maior potencial de implementação rápida e menor impacto no ambiente, com destaque para:

- **interesse público superior:** presume-se que as centrais de energias renováveis são de interesse público superior, permitindo que os novos procedimentos de licenciamento beneficiassem com efeito imediato de uma avaliação simplificada para derrogações específicas previstas na legislação ambiental da UE;
- **energia solar:** com a atual volatilidade dos preços da eletricidade, a concessão de procedimentos de licenciamento significativamente mais rápidos pode acelerar o ritmo de instalação de equipamentos de energia solar em estruturas artificiais como os edifícios;
- **reequipar centrais de energia renovável:** para aumentar rapidamente a produção de energia a partir de todas as fontes renováveis;
- **bombas de calor:** tecnologia fundamental para produzir aquecimento e arrefecimento a partir de fontes de energia ambiente, com um potencial significativo para reduzir a utilização de gás no fornecimento de aquecimento.

A Comissão preparou sobre este tema a habitual secção de [perguntas e respostas](#).

8. COMISSÃO EUROPEIA | MOBILIDADE MILITAR E CIBERDEFESA

A Comissão e o Alto Representante apresentaram um [Plano de Ação sobre Mobilidade Militar 2.0](#) e uma [comunicação conjunta sobre uma política de ciberdefesa da UE](#) para fazer face à deterioração do ambiente de segurança na sequência da agressão da Rússia contra a Ucrânia e para reforçar a capacidade da UE para proteger os seus cidadãos e infra-estruturas.

O [Plano de Ação sobre Mobilidade Militar 2.0](#) procurará ajudar as forças armadas europeias a responder melhor e mais rapidamente às crises que afetam as fronteiras externas da UE, reforçando a capacidade da UE para apoiar os Estados-Membros no que diz respeito à mobilidade de tropas e equipamentos. Este novo plano cobre o período de 2022-2026 e inclui:

- Identificação de possíveis lacunas na infra-estrutura; Digitalização dos processos administrativos relacionados com a logística aduaneira e os sistemas de mobilidade militar; Medidas de proteção das infra-estruturas de transporte contra ciberataques e outras ameaças híbridas; Promoção do acesso às capacidades de elevação estratégica e maximização de sinergias com o setor civil; Aumentar a eficiência energética e a resiliência climática dos sistemas de transporte; Reforçar a cooperação com a NATO e parceiros estratégicos fundamentais, tais como os EUA, Canadá e Noruega.

No que se refere à **nova política de ciberdefesa**, esta permitirá à UE reforçar a cooperação e os investimentos na ciberdefesa a fim de aumentar a sua capacidade de proteção, deteção, dissuasão e defesa, reforçando ainda as capacidades da UE e intensificando a coordenação e cooperação entre as cibercomunidades militares e civis (civis, policiais, diplomáticas e de defesa). Esta política articula-se em torno de quatro pilares, que ajudarão a UE e os Estados-Membros a:

- (1) Cooperar entre si para reforçar a ciberdefesa da UE;
- (2) Proteger o ecossistema de defesa da UE;
- (3) Investir nas capacidades de ciberdefesa;
- (4) Criar parcerias para enfrentar desafios comuns.

Mais informação sobre estas iniciativas, incluindo as respetivas secções de perguntas e respostas, pode ser encontrada [aqui](#) e [aqui](#).

9. COMISSÃO EUROPEIA | SEGURANÇA ALIMENTAR

Na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia, a segurança alimentar mundial e os preços dos produtos alimentares são afetados por uma crise generalizada dos adubos minerais e da energia. Neste contexto, a Comissão Europeia apresentou esta semana uma [comunicação sobre a forma de garantir a disponibilidade e a acessibilidade dos adubos](#), contendo uma vasta gama de ações e orientações sobre a forma de fazer face às dificuldades dos agricultores e da indústria nesta área. A comunicação analisa ainda a necessidade de reforçar a resiliência e a sustentabilidade globais dos sistemas alimentares a médio e longo prazo, em consonância com a [Comunicação sobre a garantia da segurança alimentar](#), adotada em março de 2022, a [Estratégia do Prado ao Prato](#) e o plano [REPowerEU](#).

A comunicação descreve [várias ações para manter uma produção sustentável de adubos na UE e reduzir as dependências](#): como setor crítico, os Estados-Membros, nos seus planos de emergência nacionais, podem dar prioridade ao acesso contínuo e ininterrupto dos produtores de adubos ao gás natural, em caso de racionamento deste; apoio financeiro específico; maior transparência do mercado; práticas agrícolas sustentáveis e formação; mais adubos orgânicos e transição para adubos mais ecológicos; diversificação do comércio.

Prevêm-se ainda **ações para apoiar os países vulneráveis a melhorar a segurança alimentar mundial** através da colaboração dos Estados-Membros e das instituições financeiras europeias no

âmbito da abordagem da Equipa Europa, cooperando com determinados países parceiros da UE, nomeadamente através do «*Global Fertilizer Challenge*», melhorando a transparência do mercado mundial dos adubos, intensificando o apoio para fazer face às necessidades da balança de pagamentos, encetando discussões sobre melhorias da transparência, incluindo a prevenção de restrições à exportação no comércio de adubos no âmbito da OMC, continuando a colaborar com os Estados-Membros para garantir o bom funcionamento do comércio mundial de produtos agroalimentares e continuando a reforçar a ajuda alimentar humanitária da UE.

A seção de [perguntas e respostas](#) sobre o tema complementa esta informação.

10. COMISSÃO EUROPEIA | NOVO PACOTE APOIO UCRÂNIA

A Comissão Europeia propôs, no seguimento da reunião do Conselho Europeu de outubro, um [pacote de apoio à Ucrânia sem precedentes de cerca de 18 mil milhões de euros para 2023](#) a título de empréstimo com condições favoráveis.

Esta assistência financeira estável, regular e previsível procurará cobrir uma parte significativa das necessidades de financiamento a curto prazo da Ucrânia para 2023, sendo este apoio proposto pela UE acompanhado por esforços semelhantes de outros grandes doadores, a fim de cobrir todas as necessidades. A Ucrânia poderá assim continuar a pagar salários e pensões e manter em funcionamento serviços públicos essenciais, tais como hospitais, escolas e habitação para pessoas deslocadas. Permitirá igualmente assegurar a **estabilidade macroeconómica e reestruturar infra-estruturas críticas** destruídas pela guerra, sejam estas energéticas, sistemas de água, redes de transporte, estradas e pontes. O apoio ao abrigo deste instrumento será acompanhado de **reformas para reforçar ainda mais o Estado de direito, a boa governação, as medidas antifraude e anticorrupção na Ucrânia**.

A Comissão preparou sobre o tema uma seção de [perguntas e respostas](#).

11. PROGRAMA DE TRABALHO DO TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU

O Tribunal de Contas Europeu (TCE) publicou esta semana o seu **programa de trabalho para 2023** e anos seguintes, que indica as suas prioridades de auditoria para o futuro próximo. O leque de temas abrangidos é vasto, refletindo os principais desafios e preocupações que a UE enfrenta na sua resposta às várias crises. Está disponível [aqui](#) o comunicado de imprensa, disponível em 24 línguas da UE, e o programa de trabalho para 2023 e anos seguintes, disponível em inglês. As versões nas outras línguas estarão disponíveis brevemente.

Para qualquer outra informação sobre o trabalho do Tribunal, pode ser consultado o site eca.europa.eu e o portal das publicações do Tribunal de Contas Europeu, [aqui](#).

12. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Eurogrupo

O [Eurogrupo](#) procedeu a uma troca de pontos de vista sobre a evolução económica e as perspetivas para a área do euro, sobre o quadro global decorrente dos projetos de planos orçamentais apresentados pelos Estados-Membros, e debateu os desafios relativos às medidas nacionais para atenuar os impactos dos elevados preços da energia para as famílias e empresas vulneráveis. No formato União Bancária, os ministros procederam à troca regular de pontos de vista com o Presidente do Conselho de Supervisão

do BCE e com o Presidente do Conselho Único de Resolução, debatendo a evolução, desafios e oportunidades do setor bancário no atual contexto económico, geopolítico e mercados financeiros.

Refira-se ainda que o Eurogrupo lançou o processo de eleição do seu presidente.

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

Foi definida nesta [reunião](#) a [posição do Conselho](#) sobre os dois atos legislativos que faltam para a implementação do Acordo de Basileia III (conjunto de medidas de reforma destinadas a ajudar a aumentar a resiliência do setor bancário da UE e a reforçar a sua supervisão e gestão dos riscos). O Conselho debateu as partes da Diretiva Eurovinheta que dizem respeito à aplicação de imposições aos veículos pesados de mercadorias pela utilização das infraestruturas rodoviárias e o impacto económico e financeiro da agressão da Rússia contra a Ucrânia, dando orientações políticas sobre o caminho a seguir para a criação de uma solução mais estrutural para a assistência financeira da UE à Ucrânia em 2023. Foi ainda feito um balanço da aplicação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), aprovadas [conclusões sobre as estatísticas da UE](#), alcançado um acordo sobre um [Código de Conduta revisto no domínio da Fiscalidade das Empresas](#) e tomada a decisão de [suspender totalmente o Acordo sobre a isenção de vistos com Vanuatu](#) devido aos riscos colocados pelos seus regimes de concessão de cidadania a investidores (regimes dos "passaportes dourados").

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros) sobre Orçamento

Da agenda desta [reunião](#) constava o acordo sobre o orçamento da UE para 2023 com o Parlamento Europeu.

13. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, as atividades do Parlamento Europeu serão dedicadas aos trabalhos das comissões parlamentares e aos trabalhos dos grupos políticos. No âmbito das comissões parlamentares destacam-se os debates sobre [novas centrais de energia renovável, direitos humanos durante eventos desportivos mundiais e recomendações para reformar o Quadro Financeiro Plurianual \(QFP\)](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [16 de novembro](#), destacando-se a *Comunicação sobre o alargamento de Schengen*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 14.11: [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#)
- 15.11: [Conselho dos Negócios Estrangeiros \(Defesa\)](#)
- 18.11: [Conselho dos Assuntos Gerais](#)

Cooperação interparlamentar

Terá também lugar na próxima semana a [LXVIII reunião plenária da COSAC](#). As sessões de debate serão dedicadas à *Presidência Checa do Conselho da União Europeia, O Futuro da UE, Autonomia Estratégica da UE, Ucrânia - ponto de situação, reconstrução, migração e Perspetiva Europeia dos Países dos Balcãs Ocidentais e da Parceria Oriental*.

O programa encontra-se disponível [aqui](#) e as discussões poderão ser acompanhadas [aqui](#).

Bruxelas | 11 de novembro de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).